

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

CONTRIBUIÇÕES PARA INSERÇÃO DA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E EDUCACIONAL NOS CURRÍCULOS ESCOLARES.

Leonel Tractenberg*

ABSTRACT

Although, career guidance can contribute to more healthy and promising life and career paths, its diffusion in Brazil is relatively small, and mainly focused on clinical/psychotherapeutic approaches, instead of pedagogic/psychoprophilatic ones. The latter can take shape of career education programs or transversal disciplines integrated to the curriculum and it is considered a more adequate strategy to deal with the growing complexities of the world of work and education. The article stresses the importance of reflecting upon the ideologies that support different these curriculum practices; describes the main existing approaches in career guidance and provides a model which places these approaches according to their ideological orientations.

Key words: Vocational guidance; Career guidance; Career education; Curriculum

Por escolha existencial crítica entende-se toda e qualquer decisão que terá um impacto amplo e duradouro em nossa trajetória de vida. Como exemplos de escolhas existenciais críticas temos: casamento, separação e divórcio, mudança de emprego, mudança de domicílio e aposentadoria.

A escolha da profissão é, em geral, uma das primeiras escolhas existenciais críticas de nossas vidas, uma vez que influencia os espaços de formação e de trabalho nos quais nos inserimos, os grupos sociais com os quais nos vinculamos, nossa visão de mundo, forma de pensar e de ser.

Apesar de essa "escolha" ser, na verdade, um processo permanente de construção e reconstrução ao longo da vida, é na adolescência, um período de grandes mudanças, questionamentos e consolidação da identidade, que sua cobrança pela sociedade torna-se mais acentuada. A própria definição da identidade, não raro, está intimamente ligada com a escolha da profissão. É um momento por muitos vivenciado com grandes angústias e autocobranças.

* Psicólogo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Sistemas Educacionais e de Treinamento pela Universidade de Twente, Holanda. Coordenador de Tutoria do Programa FGV Online da Fundação Getúlio Vargas. E-mail: leoneltractenberg@yahoo.com

Ao escolher uma carreira, o jovem deseja resolver muitas de suas angústias e dúvidas em relação a seu futuro, não somente no plano profissional. Não busca apenas garantias de sucesso ou segurança financeira, mas, também, algo que se harmonize com a sua identidade e auto-imagem, e que lhe proporcione satisfação e realização pessoal.

A sociedade, ao mesmo tempo que se beneficia com escolhas mais "ajustadas", que maximizam o aproveitamento de potencialidades e motivações individuais dentro dos processos produtivos, condiciona, impõe e/ou limita determinadas trajetórias ocupacionais, frequentemente acentuando os conflitos e dilemas individuais.

A escolha possível se processa nesse campo de tensão entre demandas/dilemas individuais e sociais. É, portanto, a resultante multi e sobredeterminada, única e individual, de diversos vetores internos (intrapésíquicos) e externos (extrapésíquicos): econômicos, socioculturais etc.), em grande parte desconhecidos pelo sujeito.

A Orientação Profissional (OP) visa, justamente, contribuir para a ampliação do conhecimento do mundo e de si mesmo, propiciando escolhas mais saudáveis, autênticas, autocongruentes e bem fundamentadas, e desenvolver competências que possibilitem um transitar mais seguro pelo mundo da educação e do trabalho.

Apesar de ser uma área de aplicação da Psicologia e Psicopedagogia existente desde os primórdios do século passado, e cujos benefícios são largamente reconhecidos, no Brasil estima-se que apenas 1% dos estudantes universitários submeteram-se a algum tipo de programa de OP antes de ingressar na faculdade. Possivelmente, para os estudantes que decidem pelas profissões de nível técnico, o percentual é ainda menor.

O fato é preocupante quando, por exemplo, o comparamos com alguns dados referentes à evasão no ensino superior. Estima-se que apenas cerca de 5% dos vestibulandos estejam absolutamente certos da carreira escolhida no momento de se inscrever para as provas de vestibular. Dos cerca de 500.000 estudantes que ingressam nas faculdades a cada ano, 48% desistem do curso posteriormente. Segundo dados do IBGE, chega a 85% o número de estudantes a abandonar o primeiro curso superior que escolhem. É razoável supor que parte significativa dessa evasão deve-se a insatisfações decorrentes de escolhas inadequadas. Nesses casos, além de representar desgaste psíquico, de tempo e de recursos para o aluno e sua família, a evasão representa um alto custo para governo e instituições que, de certo modo, investiram em uma formação que não se concretizou, ocupando uma vaga que poderia ser mais bem aproveitada por outrem.

Frente a essa situação, indaga-se: quantas escolhas insatisfatórias e abandonos de curso poderiam ser evitados se a OP fosse oferecida mais amplamente nas escolas? Como isso pode ser conseguido?

Deixemos essa questão em suspenso por enquanto, e examinemos mais detalhadamente as variadas formas em que a OP é oferecida.

UM BREVE OLHAR SOBRE PRINCIPAIS ABORDAGENS DE OP

Crites, em uma revisão das teorias de OP, identificou cinco grandes abordagens eminentemente psicológicas, isto é, que privilegiam os fatores intrapsíquicos da escolha profissional: a Abordagem Traço-e-Fator; a Centrada na Pessoa; a Psicodinâmica; a Desenvolvimentista; e a Behaviorista. Herr e Cramer, em uma revisão posterior, acrescentam as Teorias Decisionais e as abordagens não-psicológicas, aquelas que atribuem a escolha profissional a fatores externos ao indivíduo. Entre as últimas, destacam-se a Teoria do Acidente e a Abordagem Social-Crítica. Podemos citar, ainda, o enfoque Psicossocial, situado entre as abordagens psicológicas e não-psicológicas.

Cada uma dessas abordagens consiste em um conjunto de princípios, modelos teóricos e métodos de intervenção pautados em diferentes concepções de indivíduo e de sociedade. A fim de embasar a discussão subsequente, descreveremos sinteticamente cada uma delas, principalmente com base nas revisões de Crites, Herr e Cramer e Zunker e nos trabalhos de Bock e Silva.

Abordagens psicológicas

As abordagens psicológicas estão relacionadas a um enfoque clínico da OP. Seu principal foco é o indivíduo, como este vivencia as escolhas ocupacionais e como a OP pode contribuir para esse processo. A prerrogativa fundamental nessas abordagens é a de que o indivíduo é livre para escolher e, assim, é o principal responsável pelo seu destino. Ademais, essa escolha só poderá ser livre se ele estiver consciente e bem informado. Segundo Bohoslavsky, "Um acúmulo de experiências adquiridas de modo consciente e inconsciente leva o adolescente à convicção de que pode escolher por ele mesmo. Para isso, necessita conhecer e conhecer-se". A satisfação pessoal e o sucesso profissional são, em grande parte, atribuídos a uma escolha de carreira "ajustada" ou "boa".

Sobre as abordagens psicológicas, Bock afirma:

O "modelo" utilizado é quase que o mesmo para todas as teorias em estudo: existem cargos e funções no mercado de trabalho. Ao indivíduo cabe a responsabilidade de adaptar-se da melhor forma possível a eles. As teorias psicológicas apenas divergem quanto à gênese dessas características individuais.

Abordagem Traço-e-Fator

Originária do início do século passado, com o trabalho de Parsons, também conhecida como abordagem "atuária", tem como finalidade encontrar o casamento perfeito entre perfis ocupacionais e pessoais. Filosófica e ideologicamente está vinculada a uma concepção positivista, liberal e médica de indivíduo e sociedade. Teórica e metodologicamente, fundamenta-se na psicologia diferencial e na psicometria. Assume

como principais premissas:

- A escolha ocupacional é um evento pontual e deve ser feita com bases racionais e científicas.
- O perfil individual pode ser claramente identificado por meio de instrumentos psicométricos.
- O perfil correspondente a cada ocupação pode ser estatisticamente determinado e permanece estável ao longo do tempo.
- A escolha certa é aquela em que melhor coincide o perfil ocupacional com o individual.

A intervenção segue o modelo médico tradicional de análise, diagnóstico, prognóstico e tratamento. O cliente submete-se passivamente às instruções do orientador, que detém os instrumentos, o saber e a autoridade para prognosticar o rumo profissional do sujeito.

Abordagem Centrada na Pessoa (ou Não-Diretiva)

Motivados pela abordagem rogeriana em psicoterapia a partir da década de 40, alguns terapeutas começaram a aplicar seus princípios no aconselhamento profissional. A principal premissa da OP centrada na pessoa é que o indivíduo psicologicamente equilibrado poderá melhor resolver os seus dilemas ocupacionais. Assim, o principal foco do processo de aconselhamento não é a escolha em si, mas o autodesenvolvimento, isto é, a reorganização do "self" na direção de uma maior maturidade, autoconsciência, autocongruência, auto-aceitação e abertura para novas experiências. Para alcançar isso, o terapeuta segue os princípios da terapia centrada no cliente como confluência, empatia, aceitação incondicional e não-diretividade. O cliente é incentivado a desempenhar um papel ativo na condução do mesmo. Os determinantes sociais e individuais da escolha profissional são considerados dentro da ótica e referencial de valores do cliente.

Abordagem Behaviorista

Tendo como principal referencial os trabalhos de Goodstein e Krumboltz, nas décadas de 60 e 70, a orientação profissional de base behaviorista usa conceitos e técnicas da teoria comportamental e da aprendizagem para explicar e facilitar o processo da escolha. Primeiramente, busca eliminar a ansiedade gerada pela indecisão ocupacional, para depois investir em uma elaboração cognitiva mais efetiva sobre a escolha. Isso é conseguido através da análise de comportamentos e de uma série de técnicas para descondicionamento, dessensibilização, modelagem, aprendizagem discriminativa, reforço da assertividade e de comportamentos de tomada de decisão, busca efetiva de informações ocupacionais, entre outras. O cliente desempenha um papel ativo na solução de seu problema, mas seguindo as direções do orientador.

Abordagem Desenvolvimentista

De certa forma, a abordagem desenvolvimentista, proposta por Super nas décadas de 40 e 50, representa a confluência de várias correntes teóricas em OP, sendo influenciada pela Psicologia do Desenvolvimento, pela Teoria Traço-e-Fator e pelo enfoque Centrado na Pessoa. Tem como premissa que é necessário entender o que o indivíduo fez no passado para melhor orientar o seu futuro. Assim, é preciso analisar os temas recorrentes, as características e tendências do seu desenvolvimento. Isso é feito através de uma extensa avaliação da personalidade, da história pessoal e dos dilemas ocupacionais atuais, através de entrevistas, questionários e testes. Diferentemente da abordagem diagnóstica, a avaliação tem uma conotação mais positiva, pois é mais ampla e sua responsabilidade recai tanto sobre o orientador quanto sobre o cliente. Após essa avaliação, é possível identificar o nível de maturidade ocupacional desse cliente e, assim, propor atividades que promovam o desenvolvimento de sua capacidade de exploração, cristalização, especificação e realização, a fim de que ele possa fazer escolhas realistas e bem adequadas, que respeitem suas características, interesses e valores.

Abordagem Psicodinâmica

Desenvolvida a partir da década de 60, aprimorada por Bohoslavsky e outros na década de 80, consiste na aplicação dos conceitos e das técnicas psicanalíticas à escolha ocupacional. A história do indivíduo e a forma como este lida com a realidade e o princípio do prazer são aspectos cruciais deste enfoque. O foco da intervenção está no desvelamento e elaboração dos conflitos, ansiedades, medos e fantasias relacionados com

o dilema ocupacional, bem como a busca de escolhas conciliatórias ou reparatórias. Porém, Bohoslavsky chama atenção também para a sobredeterminação da escolha pela sociedade, considerando as influências da família, da estrutura educacional e socioeconômica, da mídia e da cultura. Durante as entrevistas, o orientador alterna a escuta psicanalítica com interpretações, interposições, comparações, questionamentos e esclarecimentos. Por vezes, pode lançar mão de técnicas projetivas, dinâmicas, jogos e questionários.

Teorias Decisionais

As Teorias Decisionais estão fundamentadas em modelos econômicos, conceitos e técnicas da Psicologia Cognitiva e da Psicologia Social, e tiveram grande impulsão na década de 90. Sua premissa básica é de que as pessoas escolhem profissões que irão maximizar ganhos e minimizar perdas em termos daquilo que elas valorizam. Cada profissão possui um valor particular para cada indivíduo. O processo de orientação busca identificar e analisar, junto com o cliente, atitudes, valores, expectativas, esquemas cognitivos, auto-conceito, auto-eficácia e objetivos pessoais, a fim de auxiliá-lo nos processos de solução de problemas, tomada de decisão e estabelecimento de prioridades em relação à sua formação e trajetória ocupacional.

Dentre as abordagens acima, a Centrada na Pessoa e a Psicodinâmica são as que mais apresentam elementos para questionamento e crítica do sistema socioeconômico, político e ideológico, sendo as abordagens Traçofator, Behaviorista e Decisional claramente pró-sistema ou, quando muito, indiferentes.

Abordagens não-psicológicas

O principal foco das abordagens não-psicológicas é a estrutura e dinâmica sócio-econômicas e seus efeitos sobre as trajetórias ocupacionais. O determinismo individual dá lugar ao determinismo social e econômico. Interessam-nos aqui, especificamente, a Teoria do Acidente e a abordagem Social-crítica.

Teoria do Acidente

Este enfoque sustenta que trajetória de carreira é determinada de forma acidental. Acontecimentos na vida da pessoa, como uma palestra, um programa de rádio ou TV, a leitura de um livro ou revista, uma oferta de estudo ou de trabalho podem despertar o seu interesse, influenciando-a a seguir este ou aquele caminho. Esses acontecimentos ocorrem mais ou menos ao acaso, mas admite-se que sua probabilidade pode ser influenciada por variáveis intervenientes individuais, culturais e socioeconômicas.

Abordagem Social-Crítica

Inspirada nas visões de Bourdieu, Passeron e Althusser, entre outros, sobre a sociedade e, no Brasil, representada pelas críticas dos educadores Selma Pimenta e Celso Ferreti, essa abordagem traz uma compreensão mais profunda dos determinantes sócio-econômicos e culturais. Considera as relações de poder e dominação, conflitos de classe, diferenças culturais, influências institucionais, questões de gênero e minorias, revelando e colocando em questão as ideologias liberais, pró-sistema, subjacentes às práticas de OP. Segundo essa visão, os orientadores devem construir uma prática contra-ideológica, crítica e transformadora da sociedade e não meramente reprodutora da ideologia de mercado. A forma de conseguir isso é proporcionar uma maior conscientização dos orientandos quanto a seus próprios determinantes sócio-culturais, isto é, dos referenciais e influência dos grupos de referência, da comunidade local, das instituições, da mídia e da sociedade como um todo. Mas apenas a conscientização libertária não basta. É preciso ir além. É preciso "proceder a uma revisão radical das relações de trabalho e das profissões numa dada sociedade. Para isto a própria orientação vocacional precisa proceder a uma revisão radical de si mesma, enquanto profissão."

Abordagem Psicossocial

Situando-se a meio caminho entre as abordagens psicológicas e não psicológicas, articulando elementos do enfoque social-crítico com o psicodinâmico, a abordagem Psicossocial representa uma proposta relativamente nova de intervenção. A Psicossociologia clínica se propõe a analisar os problemas das

comunidades e de seus integrantes enfocando os diversos condicionantes socioeconômicos, históricos e culturais, a fim de promover sua conscientização e mobilizá-los mais efetivamente em torno de seus próprios objetivos. Para isso, recorre a conceitos como trajetória social, herança e mitos familiares, projeto parental e habitus. A Psicossociologia confere à OP uma percepção mais apurada das relações dos indivíduos dentro de sua família e no contexto social em que vive. Remete a uma situação existencial que não é dada, mas produto da história das gerações anteriores de seus familiares, bem como à gênese das disposições culturais e contingências da vida em sociedade. E, ainda, na medida em que permite a análise das características de heteronomia e autonomia por parte dos indivíduos, cria condições de se estabelecer metas educacionais e de orientação, pois melhorando a compreensão dos indivíduos sobre as influências que incidem sobre suas existências, e isso constitui um processo pedagógico, a condução de escolhas de vida de acordo com motivações mais autênticas torna-se possibilitada.

DESAFIO: A OP NOS CURRÍCULOS ESCOLARES

Retomando a discussão da primeira parte, mas uma das principais razões -- certamente não a única -- para a OP não ser oferecida mais amplamente repousa na falta de prioridade para um enfoque mais preventivo (pedagógico e psicoprofilático) da OP, incorporado ao processo de formação do indivíduo.

Pelo contrário, o que a maioria dos enfoques em OP tem em comum -- principalmente os psicológicos -- é a maneira como têm sido aplicados: na forma de um punhado de intervenções em determinado ponto da vida dos sujeitos; focadas na informação, na adaptação/direcionamento de indivíduos no mercado de trabalho, ou no aconselhamento/tratamento (enfoque clínico); oferecidas de forma periférica às escolas e universidades; em geral para o público de desorientados ou angustiados com as escolhas de carreira; e quase totalmente ausente nos ambientes de trabalho. Watts, entre outros especialistas da área, tem freqüentemente criticado essas formas de intervenção por

- confinar a orientação no período de transição entre educação e trabalho, ignorando que a construção da identidade ocupacional se dá ao longo de toda a vida;
- focalizar, ainda, resultados e não o processo. Mesmo as intervenções centradas no desenvolvimento dos orientandos são geralmente oferecidas de forma limitada a uns 10 encontros, tempo insuficiente para trabalhar satisfatoriamente as competências que precisam ser desenvolvidas;
- apresentar informações ocupacionais estáticas;
- depositar mais responsabilidade no orientador do que nos orientandos, não desenvolvendo adequadamente nos últimos as competências e autonomia necessárias para a tomada de decisões.

Críticas como essa têm dado força à idéia de que as abordagens em OP capazes de fazer frente às complexas mudanças no mundo da educação e do trabalho na sociedade pós-industrial emergente serão, justamente, aquelas com enfoque pedagógico e psicoprofilático, ou seja, mais voltadas para o desenvolvimento de conhecimentos e competências que facilitem o transitar pelo mundo do estudo e do trabalho, ao invés de visar a consolidação de uma escolha ocupacional específica por meio de um conjunto de entrevistas em tempos de decisão.

Um tal enfoque da OP passa necessariamente por uma abordagem curricular, isto é, uma intervenção de longo prazo integrada aos currículos escolares, seja de forma transversal às disciplinas, seja na forma de uma disciplina ou programa específico de educação para carreira, aquilo que for mais viável.

Aqui não está se falando de intervenções esporádicas dos Serviços de Orientação Educacional (SOE), na forma de semanas de informação profissional, testes vocacionais coletivos e sessões de orientação, que, apesar de limitados, têm sua utilidade. Tampouco, de programas restritos à educação técnica e profissional. Estamos nos referindo a um programa genérico, abrangente e de longa duração, e que inclua entre seus objetivos:

- 1) desenvolver o autoconhecimento;
- 2) ampliar o conhecimento do mundo do trabalho e de suas oportunidades;

3) desenvolver habilidades de tomada de decisão, de planejamento e gestão de carreira; e

4) preparar para transições do estudo para o trabalho e outras.

Conger, em documento oficial do Projeto UNEVOC, detalha as políticas e objetivos gerais, os papéis a ser desempenhados por diretores, coordenadores, orientadores e professores escolares, o conteúdo e as competências a ser desenvolvidas por programas amplos de educação e orientação para carreira. Aborda questões de gênero e fornece, ainda, recomendações para administração, suporte e infra-estrutura e avaliação dos programas, e para a formação e treinamento de orientadores.

IDEOLOGIAS FUNDAMENTADORAS E AS PRÁTICAS CURRICULARES DE OP

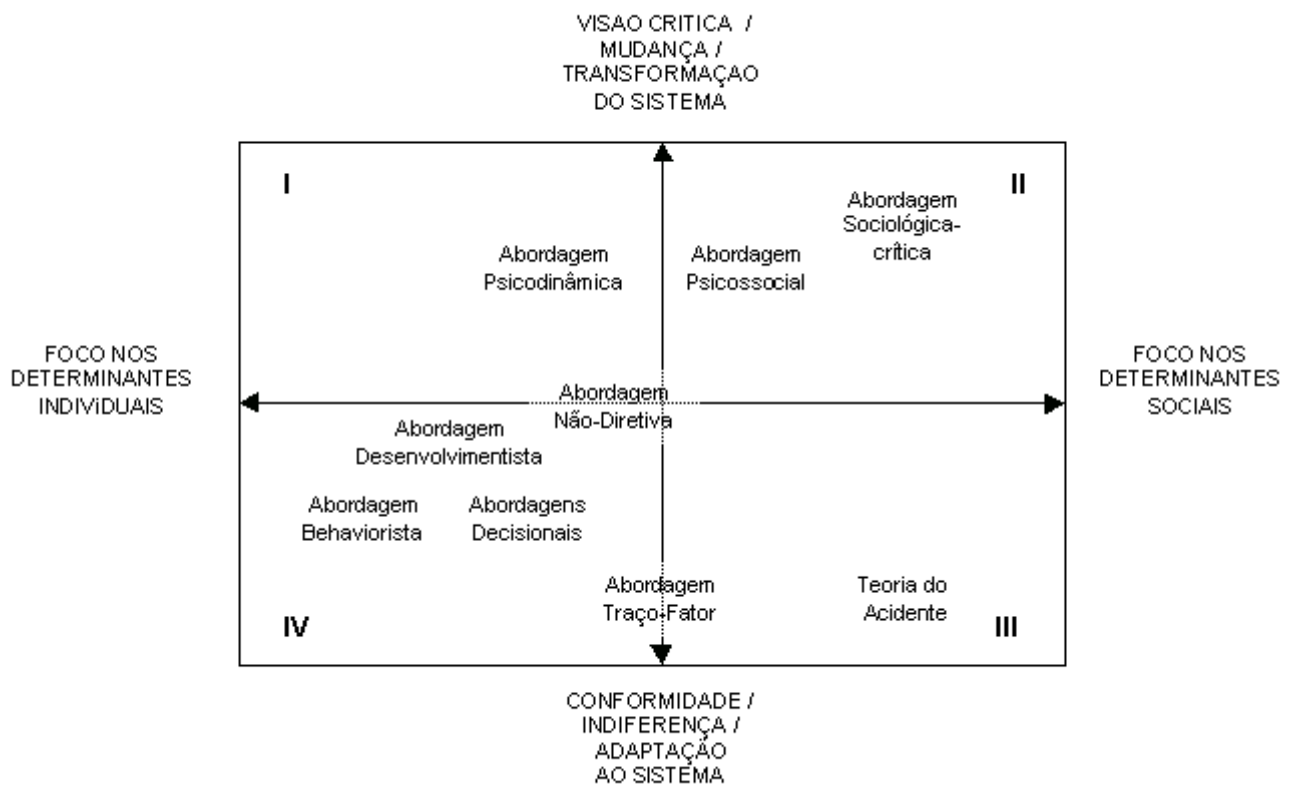
O planejamento e desenvolvimento curriculares são atividades que além de técnicas, são fundamentalmente sociais, éticas e políticas. Mesmo definidos, os objetivos curriculares e as competências a desenvolver podem ser interpretados de forma bastante distinta, segundo diferentes ideologias fundamentadoras, e a partir das quais opta-se por formas de intervenção e estratégias psicopedagógicas muito distintas. Watts chama atenção para a necessidade de se pensar com cuidado sobre as premissas ideológicas e políticas que embasam os programas de educação para carreira e aponta quatro orientações não necessariamente excludentes:

1. como agente de mudança individual, buscando a autoconscientização e maximização das mudanças pessoais para lidar com a estrutura social existente;
2. como agente de mudança social, promovendo a conscientização crítica sobre os determinantes sociais, e buscando desafiar as limitações da estrutura de oportunidades existentes;
3. a educação para carreira como agente de controle social, visando a alocação dos indivíduos no mercado de trabalho, aproveitando da melhor forma as características e potencialidades de cada um;
4. como intervenção não-diretiva, trabalhando as questões e oportunidades segundo o próprio sistema de valores dos indivíduos.

Apesar de não excludentes, cada uma dessas orientações tende a aglutinar um conjunto diferente de abordagens de OP. Bock sugere que essas abordagens podem ser situadas ao longo de um eixo definido por dois pólos antagônicos, o pólo da escolha total (o indivíduo é livre para escolher), associado a uma visão liberal, e o pólo da não-escolha total (o sistema determina a escolha), associado a uma perspectiva crítica sobre essa visão. Contudo, um exame mais detalhado dessas abordagens evidencia que nem sempre o foco no determinismo individual coincide com uma visão liberal, ou o foco no determinismo social coincide com uma visão anti-sistema. Aqui, baseamo-nos nessa premissa e nas quatro orientações já descritas para esboçar um esquema ligeiramente modificado (ver Fig.1).

Fig. 1

Posição relativa das abordagens de OP segundo
diferentes orientações político-ideológicas



O esquema mostra dois eixos: o horizontal, diferenciando as abordagens de OP mais focadas nos determinantes individuais da escolha e da trajetória profissional, daquelas mais focadas nos determinantes sociais; e o vertical, diferenciando as abordagens que são indiferentes ou aceitam o sistema produtivo, buscando a melhor adaptação do indivíduo à sociedade, daquelas que criticam o sistema produtivo, buscando a transformação dos indivíduos e da sociedade. Observamos que os quadrantes I e IV correspondem ao item 1 das orientações político-ideológicas descritas anteriormente. Os quadrantes II e III coincidem, respectivamente com os itens 2 e 3 e a orientação 4 corresponderia à região central do esquema.

Qualquer modelo que se pretenda sintético e abrangente corre o risco de tornar-se simplista e impreciso, ocultando aspectos fundamentais que identificam seus vários elementos. Por isso, o posicionamento das abordagens nos quadrantes deve ser tomado como uma categorização aproximada, mais teórica do que prática.

Enfim, o esquema proposto pode suscitar questionamentos e discussões interessantes sobre o posicionamento ideológico das abordagens em OP, mas, sobretudo, permite clarificar algumas diferenças e semelhanças entre as mesmas, possibilitando uma reflexão mais aprofundada por orientadores, educadores e planejadores curriculares sobre como instrumentalizar adequadamente os programas de educação para carreira.